

PATRIMÔNIO CULTURAL, RESGATE E SENSIBILIZAÇÃO: INTERFACES POSSÍVEIS

Parisi, Rosana S.B. ¹

RESUMO

Este artigo apresenta o trabalho que está em curso em São José do Rio Pardo-SP, com o objetivo de preservar a memória rio-pardense, de digitalizá-la e de sensibilizar a comunidade local sobre a existência de um conjunto de cerca de 15 mil fotografias antigas, organizadas por um professor-escritor da cidade. As imagens, que estão desde o ano de 2003 sob os cuidados do Centro da Memória Rio-pardense, dizem respeito aos logradouros públicos, aos recantos e à paisagem da cidade e certificam suas transformações. São diversos tipos de fotografias com pessoas, acontecimentos e logradouros que marcaram e fizeram parte da história local, a exemplo, da presença, durante dois anos na cidade, do engenheiro-escritor e jornalista Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”.

A ideia é preservar as fotografias originais pela digitalização e, ao mesmo tempo, disponibilizar por meios digitais e pelas redes sociais o acesso à consulta delas e dos dados correlatos, que poderão ser úteis para uma gama de pesquisas de diversas naturezas e que, hoje, da forma como estão armazenadas e são manuseadas, acabam deteriorando-se ou perdendo-se.

Ao mesmo tempo, pretende-se promover uma catalogação por meio de diversas categorias, a fim de facilitar a consulta e a ampliação de dados disponíveis, correlacionado esse trabalho ao conceito de midiologia, cunhado por Debray em 1979. Outro objetivo é, paulatinamente, estabelecer relações entre a paisagem urbana do passado e a atual, a fim de que a comunidade se sensibilize para a manutenção e conservação dos espaços da cidade, de seus monumentos e de

¹ Arquiteta e Urbanista, Professora Adjunta IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: rosanaparisi84@gmail.com

suas manifestações populares, culturais e artísticas que, por vezes, são esquecidas ou, até mesmo, desconhecidas pelas novas gerações.

Dessa maneira, pretende-se contribuir para a proteção do patrimônio e da memória local, consolidando esforços a fim de que os cidadãos entendam o sentido de preservação e de memória, bem como possam resgatar o sentido de pertencimento e de cuidado com sua cidade.

Palavras-chave: Resgate; Sensibilização; Fotografias Antigas; Memória.

1. Introdução

Por que preservar? O que significa preservação? O que é preservar a memória? Por que preservar a memória? Conforme LE GOFF (1994), desde a antiguidade romana, o *monumentum*, relacionado à *damnatio memoriae*, tendeu “a especializar-se em dois sentidos: a obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico ou monumento funerário, destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte”. Mais adiante, o mesmo autor observa “que, para apagar a memória, os monumentos e documentos deveriam ser destruídos, pois o senado romano, angariado e por vezes dizimado por seus imperadores, encontrou uma arma contra a tirania imperial: a chamada *damnatio memoriae*, que fazia desaparecer o nome do imperador defunto dos documentos de arquivos e das instituições monumentais. Ao poder pela memória correspondia a destruição da memória”.

Bem, já que foi abordado o tema memória, de acordo com MARCHI (2010), a palavra memória vem da mitologia, da deusa grega *Mnemosine*, mãe das musas que protegiam as artes e a História. Era ela quem proporcionava a transmissão dos conhecimentos do passado aos mortais.

Assim, percebe-se que o tema preservação da memória de um lugar, ao longo da história das cidades, vem ocupando uma posição de destaque. De acordo com MARCONDES FILHO (1986), “a memória urbana é um componente fundamental da história de luta de um povo. Na paisagem da cidade, está materializada a história passada. Lembranças pessoais e coletivas, imagens de outros monumentos e épocas são absorvidas pelos edifícios que se tornam testemunhas vivas. Destruí-los é limpar a memória do povo”.

Diante disso, o objetivo principal desse trabalho diz respeito às formas de arquivamento, armazenamento e digitalização e à importante sensibilização da comunidade para com as fotografias relacionadas à memória histórico-cultural e arquitetônica de São José do Rio Pardo-SP.

A partir do acervo do Centro da Memória Rio-pardense, vem-se catalogando parte do material existente para disponibilizá-lo por meios digitais e impressos. Considera-se que esse trabalho se reveste de significado especial

em virtude de São José do Rio Pardo, cidade situada no estado de São Paulo, a 265 quilômetros da capital, ter protagonizado episódios histórico-culturais como a proclamação antecipada da República, em agosto do ano de 1889, com a presença de Francisco Glicério, tornando-se, em seguida, a “Cidade Livre do Rio Pardo”, além de ser considerada o berço de “Os Sertões”, obra máxima da literatura brasileira, aí parcialmente escrita pelo engenheiro-jornalista Euclides da Cunha em 1901.

E por que preservar esse acervo? Ao longo de sua história, ele vem servindo de fonte de pesquisas e informações para estudantes, jornalistas e demais interessados da comunidade e região. Ainda que seja fundamental o acesso às imagens, o conjunto de fotografias tem sido vítima de furtos ou perdas, além do manuseio de forma incorreta, o que acaba por dilapidar as referências do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico que se constituiu ao longo do século XX e início do atual. Acredita-se que, com a digitalização e com a catalogação, estejam sendo iniciadas outras possibilidades de divulgação de um material raro e significativo e de relação com ele, protegendo o acervo original de danos futuros.

2. Embasamento Teórico

Os temas memória e história das cidades vêm sendo discutidos por autores de diversas áreas, dentre os quais se destacam ROSSI(1999), FREIRE(1988), HALBWACHS(1990), BENJAMIN(1985) e ARGAN(1995), entre outros. Sabe-se que, graças a registros e a documentos escritos em tempos imemoriais, disseminados a partir do advento da imprensa no Renascimento, a humanidade tem buscado formas para resgatar sua identidade e sua história, assim como sua memória construtiva e arquitetônica, podendo perpetuar por gerações sucessivas o legado que constitui o caminho da cultura e das tradições de um determinado grupo.

Em São José do Rio Pardo, esse processo não aconteceu de forma diferente. Autores locais como DEL GUERRA (2000) e TREVISAN (1998) elaboraram seus trabalhos com o contínuo propósito de contar a história da cidade e disseminá-la entre os interessados para que lhes fosse possível conhecer e proteger sua cultura e tradições. O professor e memorialista Rodolpho José Del Guerra escreveu diversos livros sobre a história da cidade,

além de crônicas da vida rio-pardense. Ao lado de Amélia Franzolin Trevisan, foi um dos responsáveis pela fundação da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese, que funcionou inicialmente nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo e que, posteriormente, foi anexada ao Museu Rio-Pardense, em antigo prédio construído em 1886, onde funcionavam a Casa de Câmara e a Cadeia. O acervo de jornais, revistas e fotografias que está sob os cuidados do Museu Rio-Pardense é de incalculável valor.

Falecida em 2007, “dona” Amélia Trevisan, como era conhecida a geógrafa e historiadora, foi uma memorialista de grandes méritos e responsável pela implantação da mentalidade preservacionista que tem impedido o desaparecimento de importantes testemunhos do passado rio-pardense.

Ainda que São José tenha tido o privilégio da dedicação desses dois historiadores e memorialistas, o acervo do Centro da Memória Rio-pardense tornou-se vulnerável diante das ações do tempo e do manuseio, muitas vezes inadequado, de crianças, jovens e adultos que buscam informações para suas pesquisas. Ao longo do tempo e de acordo com as mudanças políticas, alteram-se funcionários responsáveis por seu cuidado e manuseio e, por vezes, acabam perdendo-se registros da memória, fundamentais e constituintes da história da cidade. Assim, o trabalho iniciado procura, ainda de forma artesanal, resgatar o acervo e sensibilizar os cidadãos com reproduções de imagens, tanto físicas quanto virtuais.

Sobre as questões digitais, SANTIAGO apud DEBRAY (2006) afirma que esse autor alerta para o fato de que na *midialogia*, “mídio” não significa mídia nem *medium*, mas *mediações*, ou seja,

“o conjunto dinâmico dos procedimentos e corpos intermédios que se interpõem entre a produção de signos e uma produção de acontecimentos” [DEBRAY, 1994, p.29]. Esse conjunto, para o autor, precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos, impressos e eletrônicos, entendidos como meios de difusão maciça. Nesse raciocínio, uma mesa de refeição, um sistema de educação, um café-bar, um púlpito de igreja, uma sala de biblioteca, um tinteiro, uma máquina de escrever, um circuito integrado, um cabaré, um parlamento, mesmo não sendo feitos para difundir informações,

mesmo não sendo "mídia", entram no campo da midiologia enquanto espaços e alternativas de difusão, vetores de sensibilidades e matrizes de sociabilidades. Sem um ou outro desses "canais", esta ou aquela "ideologia" não chegaria a ter existência social de que podemos dar testemunho, segundo o filósofo. Assim, a midiologia ocupa-se com o *intervalo*, o *espaço-entre*, ou a *caixa-preta*, onde entram sons, palavras, cartas e até mesmo *photons*, e por onde saem legislação, instituições, entre outros. Dentro dessa caixa, Debray detecta o que ele chama de *ato de transmissão*, "o conjunto de tecnologias e ambientes que traduzem a entrada em saída" [DEBRAY, 1995, p. 01].

E Santiago continua informando que, "a partir da midiologia, surge então o conceito de *midiasfera*". Resumidamente, Debray [1994] a define como "o meio de transmissão e transporte das mensagens e dos homens", estabelecendo uma interessante articulação entre uma história das revoluções das transmissões com a das revoluções do transporte.

Por isso se considera tão importante preservar de uma nova forma, entender as relações das mídias com os sujeitos-cidadãos, a fim de que, de alguma maneira, sejam sensibilizados, conquistados por assim dizer, para conhecer o passado e para, de alguma forma, conservá-lo e perpetuá-lo.

3. Objetivos

O objetivo principal desse trabalho é criar um sistema de arquivo, armazenamento, digitalização, disseminação e sensibilização de informações sobre a memória histórico-cultural e arquitetônica de São José do Rio Pardo- SP. De acordo com BRESCIANI (2012), "você tem que educar a sensibilidade para uma cidade em fluxo, que está todo tempo se modificando". É para esse sentido que o trabalho aponta. Mas há objetivos que estão em curso como organizar todo o acervo documental existente, classificando-o por temas para facilitar e objetivar o acesso e as pesquisas específicas.

Além disso, deseja-se ampliar a capacidade de consulta do acervo, constituindo-o como um Banco de Pesquisas Digitais. Também se pretende estabelecer, por meio da catalogação, a correlação entre nomes de logradouros e edificações significativos para a memória urbana, os quais aparecem nas imagens e, paralelamente, catalogar informações sobre as edificações que subsistiram à ação do tempo. Essas informações aparecem junto às fotos

digitalizadas e podem ser preservadas. Por último, espera-se que o trabalho subsidie a atuação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de São José do Rio Pardo (CONDEPHAC), no que diz respeito a quaisquer processos de recuperação, restauro, requalificação ou preservação.

4. Justificativas

Já se falou que memória, história, patrimônio e identidade de um povo são vitais para assegurar sua permanência, seu desenvolvimento, bem como a consolidação de sua cultura e valores. MARCONDES FILHO (1986) afirmou que:

“como ocorreu com a reconstrução de Berlim no lado oriental, em que no espaço de outrora havia florescido a rica cultura da República de Weimar, foi erguida uma cidade fria, vazia, triste, na qual se sente só a artificialidade da reconstrução do pós-guerra. Os homens do novo traçado urbano da cidade puseram em prática uma ideologia positiva do puro, do asséptico, do varrimento das marcas antigas da história, restituindo um centro da cidade agora purificado. [...] Os poloneses, diferentemente, após a aniquilação de Varsóvia pelos fascistas, que não deixaram pedra sobre pedra da antiga e formosa capital do país, ergueram, após 1945, a mesma cidade novamente. Reconstruíram-se, tijolo por tijolo, as antigas fachadas por meio da lembrança dos antigos habitantes e das telas de Canaletto. Só isso poderia restituir a esse povo a ligação com o passado, só isso restituiria a honra ultrajada pelo inimigo invasor”.

Para se compreender a cidade, é preciso compreender os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos de várias épocas, já que os elementos que formam o espaço urbano são resultados de variados processos históricos. O homem, um dos grandes responsáveis por modificar a paisagem, é também protagonista em moldar a identidade de um povo pelos costumes, pela cultura, e, como foi observado, por suas atitudes, muitas vezes inconsequentes. Entretanto, são o tempo e o espaço que auxiliam o entendimento das formas de existência das populações. Conforme VELOSO (1979), “compositor de destino, tambor de todos os ritmos, tempo, tempo, tempo, tempo, entro num acordo contigo”.

Em última instância, os processos de pertencimento que se expressam no lugar são também a expressão das subjetividades de uma comunidade, consolidando, assim, a memória coletiva.

“As projeções no espaço e tempo se apoiam em ‘figurações imagéticas’ que refletem as experiências vividas pelos indivíduos em espaço-tempo concretos no urbano. As subjetividades da expressão poética constituem formas específicas de enraizamento dos indivíduos no urbano. Por conseguinte, se a poética pode ser compreendida como processo de subjetivação em que o homem, ao transformar-se em outro, torna-se a si próprio, este processo de apropriação de si próprio se dá através da experiência concreta com o meio material produzido técnico-sócio-cultural-historicamente. E, em última instância, a cidade é este meio que é o outro e a poesia é uma qualidade de certos lugares. Assim, chega-se à conclusão de que a pessoa se torna a si própria ao apropriar-se do meio urbano, assim como o meio urbano fornecerá os modos e os meios de a poética poder ser exercida e a elucidação da poética permitirá fornecer os meios para uma intervenção não autoritária, ancorada em uma utopia dirigida pela condição de transformação inerente ao homem. Continuando, segundo Heidegger, o ser humano é, em sua essência, poético. A poética se estrutura por meio de uma experiência poética, que se dá através de um suporte material”. (TASSARA, 2001, p. 72).

Dessa maneira, acredita-se que um trabalho de organização e arquivamento, de sensibilização e de disseminação poderá ampliar a capacidade de consultas por quaisquer cidadãos, pessoas da região ou mesmo de qualquer parte do planeta, garantindo ao acervo existente a condição de elemento de pesquisa constituinte do processo de globalização.

Por último, por intermédio da digitalização e da sensibilização da comunidade, pode-se garantir uma melhor condição de guarda, manutenção e durabilidade do acervo original, ao mesmo tempo que pode haver a possibilidade de indexação do acervo digitalizado em base de dados de bibliotecas já organizadas e credenciadas em nível nacional e/ou internacional, contribuindo, assim, para uma rápida ampliação de acesso a ele.

Um número muito pequeno de pesquisadores ou historiadores consegue resgatar fotografias, documentos originais, objetos e peças ornamentais que acabam ficando nas mãos de herdeiros ou pequenos colecionadores. Com o

passar dos anos, por descaso, necessidade ou comodidade, esses elementos e objetos se deterioram ou se perdem pela falta de sensibilização de alguns membros da comunidade. Via de regra, nas pequenas cidades, as imagens e os objetos são cedidos e /ou emprestados para aqueles que recorrem aos museus ou bibliotecas municipais e simplesmente, ou infelizmente, desaparecem. Por essa razão, o trabalho em curso se apoia nas mídias contemporâneas e nas redes sociais para captar e resgatar dados perdidos, esquecidos, guardados ainda de forma impressa ou parcialmente digitalizada, possibilitando que o conhecimento esteja, a partir da digitalização, indexação e organização, disponível para consulta constante, podendo, ainda, ser atualizado constantemente. Dessa forma, acredita-se estar criando um novo mecanismo de pesquisa e disseminação de dados sobre a memória arquitetônica, histórica, historiográfica, cultural e, quiçá, sentimental de uma cidade, podendo disseminá-la e atualizá-la, assim como torná-la passível de publicação, com o cuidado de garantia de direitos autorais conforme normas e determinações vigentes.

Segundo TAVARES (2012), “um acesso disseminado a partir de base de dados de documentos digitalizados cria um novo cenário na relação com a sociedade local ou com usuários remotos, deslocando do esquecimento série de documentos ou imagens e obras raras antes praticamente inacessíveis ao público em geral. Por outro lado, o acesso a informações, que era restrito à consulta direta e localizada, passa a ser possível de qualquer parte do mundo”.

5. Metodologia

Procurou-se, em primeiro lugar, entender como as imagens estavam organizadas e dispostas. Foram feitas visitas ao Centro da Memória Riopardense, entrevistas com a secretária, presidente atual e anteriores para saber quais procedimentos adotar.

Após o entendimento dos procedimentos até então praticados, procurou-se pesquisar referências bibliográficas sobre conservação de imagens e catalogação das mesmas. Simultaneamente, foram identificados alguns nomes de professores e entidades que trabalham com a conservação de fotografias, dentre elas o Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas dessa universidade e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco,

campus de Bragança Paulista, assim como a Fundação Pró-Memória de Monte Alegre do Sul-SP. Outra atividade realizada foi buscar informações sobre formas de conservação de imagens, entrevistando os professores Dr. Luciano Bernardino da Costa e Mrdo. Lúcio Carvalho da PUC-Minas, entidade que sedia o presente trabalho e visitando serviços especializados de recuperação e conservação de imagens. Depois dessas etapas, decidiu-se preservar a forma de organização idealizada pelo memorialista e protagonista prof. Rodolpho Del Guerra para indexação das pastas que abrigam as imagens, inserindo sutis alterações no que diz respeito ao acondicionamento e conservação das fontes originais. Como terceira etapa, iniciaram-se o trabalho de digitalização das imagens, as pesquisas, as entrevistas e a organização de dados correlatos à parte do acervo já digitalizado, uma vez que esses “metadados” podem subsidiar pesquisas futuras. O trabalho começou nas ruas e logradouros que compõem o núcleo histórico original de São José do Rio Pardo, ou seja, a partir do entorno da Igreja Matriz de São José, que foi construída no mesmo local da anterior capela curada, de 1865, há muito tempo demolida.

A primeira possibilidade de apresentar o trabalho para a comunidade riopardense surgiu em 2014, com a confecção de material alusivo à Ponte Euclides da Cunha, que, no dia 18 de maio, completava 113 anos de existência. Tal atividade não interrompeu o trabalho de digitalização, ao contrário, colocou lado a lado as imagens das ruas de acesso à ponte tanto no passado quanto na atualidade e disponibilizou-as em banners e em meios digitais, enfatizando-se a importância da pesquisa. Tal atividade foi realizada com o patrocínio de empresas privadas e apoio da Casa de Cultura “Euclides da Cunha” e da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo. De acordo com TAVARES (2012), “ressalta-se o papel das instituições públicas e privadas assegurando a preservação por meios digitais, em um contexto de apropriação dispersa dos conteúdos localmente produzidos e de redefinição dos padrões, valores e ordenamentos sócio-culturais que no passado vinculavam memória e identidade”.

Com isso, foi possível entender a necessidade e urgência de envolver mais parceiros locais. Para tal, contactou-se o Estúdio Fotográfico Opera Luminis,

de São Paulo, que tem como sócio um rio-pardense com considerável interesse na conservação de imagens e de sua exposição ao lado das atuais.

Desse apoio surgiu a parceria e organizou-se uma exposição durante um evento que anualmente acontece em São José do Rio Pardo, a Semana Euclidiana, realizada desde as primeiras décadas do século XX, como um culto à memória de Euclides da Cunha e ao estudo de suas obras literárias. Durante a 76ª Semana Euclidiana em 2014, a equipe organizou a exposição “Veredas Euclidianas, veredas da Memória Rio-Pardense”, aberta até 14 de setembro daquele ano, apresentada no ítem subsequente.

LAURIA (2014), ao comentar o trabalho que acabara de realizar, já que fora um dos fotógrafos da referida exposição, afirmou que:

“a maioria dos prédios representados pelas antigas fotos não existe mais. Mais que isto: é muito difícil recompor os ângulos para fotografar os prédios recentes que tomaram o lugar dos antigos, por conta do novo mobiliário urbano. Entenda-se por novo mobiliário urbano o conjunto dos objetos que foram adicionados aos elementos originais de nossas ruas e espaços públicos, tais como postes, fiação de luz, abrigos de ônibus, painéis, lixeiras, quiosques, cercas, cabines telefônicas, etc. É evidente que tais elementos de mobiliário urbano são, em sua grande maioria, úteis e necessários aos moradores da cidade. Não se trata, aqui, de mero saudosismo ou de inútil tentativa de congelar no tempo o aspecto físico da cidade de minha infância e juventude.

Inegável, porém, que as imagens agora apresentadas atestam que houve e há enorme despreocupação com o patrimônio arquitetônico que um dia possuímos, não só pelo acréscimo desordenado dos tais elementos de mobiliário urbano, mas também pela onipresente poluição visual que descaracteriza o que restou do casario tradicional, remanescente das demolições de muitos dos prédios representativos de nossa história (não raro feitas a toque de caixa, na calada da noite, como é de conhecimento público)”.

Reforçando o que foi afirmado anteriormente por TAVARES (2012), tem-se a convicção de que o acervo digitalizado estará vinculado não só ao Centro Cultural Ítalo-Brasileiro, que, como afirmado, tem a guarda dentro de seu Centro da Memória das fotografias que são a matéria-prima dessa pesquisa, mas também à Casa de Cultura Euclides da Cunha fundada em 1946, local em que

residiram o engenheiro-escritor e sua família no período de reconstrução da ponte metálica. Também estará vinculado à Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo. A pesquisa também prevê a necessidade da digitalização e da sensibilização da comunidade. Por isso, outra parceria foi estabelecida com a empresa 7nspira Studio, cujo proprietário desenvolveu interessante trabalho em Poços de Caldas-MG, que será apresentado adiante.

Com a organização das fichas catalográficas das imagens já digitalizadas, buscar-se-á a consultoria jurídica da PUC-Minas para a definição dos domínios do acervo, assim como serão procuradas as Bibliotecas do Arquivo Geográfico e Histórico do Estado de São Paulo, do Arquivo Histórico Nacional e do Museu da Imigração Italiana para que essas entidades possam se tornar corresponsáveis pela disseminação desse trabalho. A questão de domínio público deverá ser cuidadosamente acompanhada, observando-se as regras estabelecidas pela Lei n. 9610, capítulo III (dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua duração), artigos 39 a 45. Conforme esclarece o Blog “Casa do Autor” (2015), “por trás do conceito de domínio público de uma obra intelectual está a importante noção de que as criações dessa natureza são capazes de afetar a coletividade. A produção intelectual de um indivíduo ou grupo é uma herança cultural que se deixa para a humanidade e não somente para seus descendentes diretos. A importância da produção intelectual, ao mesmo tempo, justifica sua proteção, até como incentivo à dedicação de seus autores. É nesse equilíbrio delicado — como costumam ser as questões de direito — que transita o domínio público na propriedade intelectual. Um tema atual que não abrange apenas as questões relacionadas à sucessão e herança, mas também suscita reflexões sobre o uso da produção intelectual em um mundo cada vez mais interligado por mídias digitais e sem fronteiras”.

É importante, ainda, relacionar a existência desse conjunto de mais de 15 mil imagens, organizadas de forma paciente e espontânea pelo professor e memorialista Rodolpho José Del Guerra, ao caso raro em cidades do interior do Brasil: São José do Rio Pardo é um dos poucos municípios brasileiros cujos fundadores tiveram o cuidado de elaborar uma Ata de Fundação. Conforme comenta TREVISAN (1986), “fato raro na historiografia é o fundador de uma

cidade preocupar-se em preservar documentos-testemunhos dessa fundação, visando a legar ao futuro suas raízes”.

6. Ações realizadas e repercussões

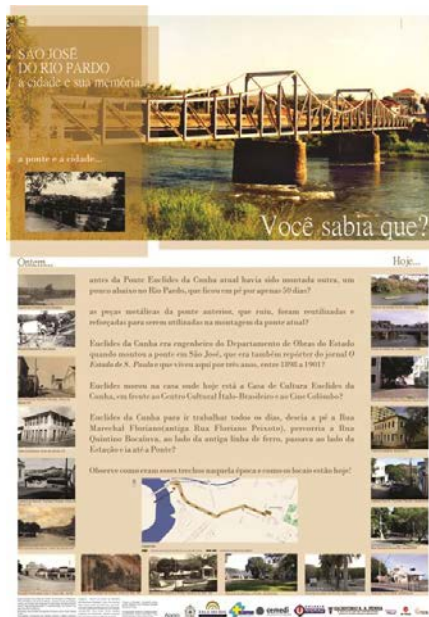
Depois de entender a forma proposta de organização do acervo do Centro da Memória Rio-Pardense por seu primeiro organizador, percebeu-se que, com as fotografias sendo dispostas em pastas plásticas onduladas, sem nenhum tipo de proteção entre uma imagem e outra, o processo de deterioração poderia ser acelerado. Já havia umas coladas às outras. A separação e a recuperação deverão ser feitas por empresa especializada. Buscando alternativas para a resolução de cada problema encontrado, a equipe de pesquisa visitou outros locais que trabalham com a preservação de imagens e documentos. Foram visitados os acervos do município de Amparo-SP e da Associação Pró-Memória em Monte Alegre do Sul-SP, organizados de forma bem cuidada e minuciosa pelo professor-historiador e arquiteto Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima, Supervisor do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Amparo e Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo — CODEPACUA, com a colaboração da Sra. Cândida Truzzi, secretária da referida associação de Monte Alegre do Sul. COLI (2011), comentando a inauguração dessa associação e da edição de um guia denominado “Passeios da Memória”, afirmou que: “diferente dos inventários editados pelos órgãos públicos de preservação, que se limitam a uma lista seca de bens tombados, o guia analisa, informa e explica.[...] No Brasil, até agora, tem-se pouca noção do que significa um guia feito com parâmetros científicos.[...] O que temos, quando existem, são guias superficiais, lacunares e pouco confiáveis no que concerne às informações. Em sua escala local, os “Passeios da Memória” mostram o que poderia ser feito em cada cidade, se nelas houvesse investimento inteligente no campo do conhecimento e também da preservação”.

Conhecendo um pouco mais sobre a dinâmica que envolve a digitalização e demonstrando que o trabalho reúne vários campos de conhecimento e demanda uma gama de ações interdisciplinares, iniciou-se o processo de digitalização e de proteção das imagens originais com um tipo de acondicionamento recomendado, em que se emprega papel sulfite não alcalino entre elas. Enquanto parte da equipe realiza o processo de digitalização, outra

reúne e busca dados, informações e curiosidades advindas de publicações ou depoimentos, os “metadados”, que consistem em referências complementares que irão acompanhar as imagens digitalizadas. Todas as fotografias digitalizadas receberão uma ficha catalográfica com as informações registradas.

De acordo com TAVARES (2012) apud (FONSECA E MARTINS, 2010, p.74 e BERTHOLD, 2010, p.139), “o movimento pela digitalização apresenta distinções que atendem às especificidades de cada instituição quanto aos seus critérios de prioridade. A Biblioteca Nacional, por exemplo, disponibilizou obras de domínio público, de maior demanda nas consultas e de usuários e acervos raros. Já o Arquivo Público Mineiro, em sua fase inicial, priorizou coleções mais vulneráveis, documentos mais requisitados e os acervos complementares distribuídos em outros arquivos”. Postura semelhante à do arquivo mineiro foi adotada para o acervo do Centro da Memória Rio-Pardense. Reforçando com HALBWACHS (2006), a memória de uma sociedade se estende até onde pode — quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos que ela compõe.

Dando continuidade às ações para envolver a comunidade, não só com o acervo de fotografias antigas, mas também com ícones da memória presentes na dinâmica da cidade, como a ponte Euclides da Cunha, que é marco do movimento Euclidiano em São José do Rio Pardo, foi concebido um material de divulgação para ser utilizado no seu “aniversário” de 113 anos. Acreditou-se ser esse um momento para sensibilizar a comunidade. Foram produzidos sete conjuntos de banners informativos, compostos de duas peças, que estabeleciam a relação da ponte com o tecido urbano rio-pardense, em especial o caminho percorrido entre a residência do engenheiro-escritor Euclides, localizada no centro da cidade, e o Recanto Euclidiano, localizado à margem do rio Pardo. O material produzido foi instalado em lugares onde havia maior circulação de pessoas, como prefeitura, correio, etc.



Figuras 01 e 02. Os banners produzidos para sensibilização da comunidade rio-pardense sobre a importância da ponte Euclides da Cunha. Créditos: Florentino, F; Simões, A.A. e Crudi, A.C.(2014)

A referida ponte encontrava-se em processo de restauração e foi reinaugurada no final de junho de 2014, quando os banners já estavam instalados, possibilitando o acesso rápido de informações e de sua história pela comunidade.

Também outra ação presencial já comentada foi realizada em paralelo às ações digitais, no período de 09 a 15 de agosto, quando da realização da 76ª Semana Euclidiana. A figura 03 apresenta a reportagem publicada em um dos semanários locais, a Gazeta do Rio Pardo, sobre a exposição que em seguida pôde ser visitada por meios digitais.



Figura 03. Matéria sobre a Exposição “... Veredas da memória rio-pardense” publicada no jornal Gazeta do Rio Pardo de 16 de agosto de 2014.

Infelizmente, os resultados relativos à sensibilização, tanto no local da exposição quanto pelos meios digitais, ficaram aquém do que era esperado. Ainda que se tenha esperado outro tipo de envolvimento tanto presencial quanto virtual, segundo TAVARES (2012), é possível observar que “as transformações contemporâneas associam, assim, mudanças de paradigmas, inovações tecnológicas e novos processos comunicacionais e culturais que estruturam novas relações entre contextos globais e locais”. Para a mesma autora, “as instituições de memória têm seu papel reconfigurado nesse quadro.

Considerando que as perspectivas de acesso remoto criadas com as novas tecnologias permitem emergir outros mecanismos de reconhecimento do passado, observa-se a necessidade de investigar os aspectos relacionados à recuperação das informações e às dinâmicas associadas de realimentação da memória coletiva nos contextos sociais e culturais vinculados à origem dos documentos”.

Entre idas e vindas sobre a relação da virtualização com os processos de disseminação da memória, devem-se considerar, também, reflexões como a

estabelecida por Alvin Toffler, um precursor que afirmou em “O choque do futuro” (1970, p. 416-417) que “estamos destruindo os pontos de referência. Arrasamos ruas e cidades inteiras e construímos outras, novas, a um ritmo de estarrecer o nosso espírito”.

O que fazer com o entendimento da memória e da história, assim como sua apreensão e disseminação, diante da velocidade de informação e da sedução exercida pelos meios digitais? Como envolver a comunidade ou como sensibilizá-la?

Para SANTIAGO (2006), o “atual ambiente, que parece ser um novo estágio da *videosfera*, vem potencializando maneiras de se pensar a preservação do patrimônio cultural”, de outra forma, “de modo a assegurarmos a transmissão da memória social de uma geração à outra, que teve na memória dos poetas medievais e no livro seus suportes”. O mesmo autor afirma que “essa transmissão, na atual *midiasfera*, que em um primeiro momento ocorreu de maneira *global*, de acordo com Marshall McLuhan, em sua teoria sobre a Aldeia Global (1964), hoje, após o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação, está convertendo-se em *glocal*”. Esse termo é definido por Paul Virilio² na obra *A Velocidade da Liberação*, e por Lev Manovich³ em *The Language of New Media*. De acordo com o mesmo autor, “nessa ótica, um indivíduo pode estar em uma localidade, completamente ligado às suas tradições, mas ao mesmo tempo em contato, através das tecnologias da informação e comunicação, a qualquer parte do planeta”.

Diante da complexidade de informações e de associações a serem estabelecidas no decorrer desse trabalho, percebeu-se que a proposta de digitalizar todo o conteúdo do acervo iconográfico do Centro da Memória Rio-Pardense, ou seja, as 15000 imagens, era muito ambiciosa e difícil de ser cumprida em curto espaço de tempo. Assim, foi adotada outra estratégia para se qualificar o que havia sido inicialmente proposto: reunir o maior número de informações sobre cada fotografia, cada lugar, cada fragmento do contexto

² Paul Virilio, filósofo e urbanista francês, é um grande crítico dos desdobramentos das Tecnologias de Informação e Comunicação na sociedade contemporânea. Sua obra tem levado à perda da noção da realidade, quebrando distâncias e territorialidades e ainda proporcionando uma quantidade absurda de informações.

³ Lev Manovich, professor e pesquisador de Artes Visuais, ensina teoria de mídia arte na Universidade da Califórnia, em San Diego, Estados Unidos.

urbano antes de continuar somente o trabalho de digitalização. Acredita-se que a disponibilização das imagens por si sós não tem sentido. Não estão sendo reproduzidos “antigos cartões postais” para daí se resgatar a visão “romântica” de outrora. Mais que isso, imagens digitalizadas e indexadas, atreladas às particularidades da história da cidade, do contexto urbano, tanto do passado quanto do presente, com os atributos que lhes forem incorporados, os “metadados”, podem ser utilizadas de forma mais ampla.

Diante de tudo isso, surgiu o questionamento: quais os modelos digitais conhecidos e disponíveis, além dos já mencionados nas páginas da Biblioteca Nacional ou do Arquivo Público Mineiro no Brasil, que podem inspirar o trabalho em curso? Que outras ações podem ser tomadas, estabelecendo interfaces entre a necessidade de conscientização da comunidade em tempo real e a necessidade premente do uso das ferramentas digitais?

Um trabalho interessante à disposição, ainda que com um formato simplificado diante das atuais possibilidades de comunicação e interação nos ambientes virtuais, foi desenvolvido em Vitória, no Espírito Santo, e é denominado “Rede da Memória Visual da Baía de Vitória”, desenvolvido em 2002. Discorrendo sobre essa rede, ALVARENGA, MIRANDA E LOPES (2002) afirmaram que “em um site, a fluidez da navegação, a possibilidade de justapor imagens de contextos diferenciados na mesma tela, de embaralhá-las como as cartas de um jogo, permitem explodir visualmente o continuum — a noção de um tempo linear associado ao ritmo do progresso e da evolução. A estética do fragmento e a possibilidade de se jogar com a ordem e o tamanho dos arquivos trazem-nos a imagem do gesto do colecionador que monta a coleção retirando os objetos de seu contexto funcional. Assim como na coleção, na internet o arquivo, seja ele texto ou imagem, faz sentido dentro de uma ‘série’ móvel e cada nova aquisição refaz todo o sentido dessa série, ampliando as possibilidades de arranjos”.

Em relação à questão da preservação da memória por meios digitais, podem-se destacar também dois outros exemplos comentados por SANTIAGO (2007): o Archeogide, uma experiência muito interessante desenvolvida para o Olimpo Grego no ano de 2000 e o Curso de Extensão e Difusão Digital realizado entre

2003 e 2006 chamado 'PinhalDigital', que envolveu pesquisadores da USP e UFSCar, de São Carlos, e da UNESP, de Araraquara.

Houve, também, a possibilidade de orientar e acompanhar um trabalho realizado e implementado em Poços de Caldas-MG pelo arquiteto Lucas Belinato que, por conta do seu Trabalho Final de Graduação, organizou uma interessante exposição denominada “Centro Sentido”, que teve por objetivo chamar a atenção da comunidade poços-caldense para aspectos relacionados a algumas edificações e a espaços da área central de Poços de Caldas-MG. As estratégias adotadas pelo autor e a maneira como implantou a referida exposição acabaram chamando a atenção não só da comunidade local e da mídia, mas de um blog italiano que publicou artigo de autoria da arquiteta Caterina Fusi.

Esse artigo pode ser lido no link <http://www.nipmagazine.it/blog/136/o-centro-sentido>.



Figura 04. Fragmentos da Exposição “O Centro Sentido”, realizada em Poços de Caldas-MG. Créditos: Belinato, L. (2013) e <http://www.nipmagazine.it/blog/136/o-centro-sentido>. Acesso em 22/08/2014

O arquiteto Belinato, com a parceria da arquiteta Rachel Sakzenian, criou o 7nspira Studio, um estúdio de multicriação que atua na área de arquitetura, design e criação que, como já foi afirmado, vem dando consultoria ao trabalho desenvolvido em São José do Rio Pardo, a fim de auxiliar na elaboração de estratégias que relacionem o processo de preservação às interfaces digitais.

7. Considerações Finais

Conforme observa TAVARES (2012), “tratar da temática da preservação digital remete ao reconhecimento que a sociedade faz de sua institucionalização do sentido do tempo. O contexto contemporâneo tem sido identificado com o rompimento dos limites temporais da vida cotidiana, vinculado às referências identitárias dos grupos sociais”. Por isso, todas as questões ligadas à memória e à história de um povo, configuram-se como depoimentos vivos da comunidade. Ainda assim, a cidade continua sendo o locus da vida cotidiana dos homens, que a elegeram desde há muito como o lugar de viver e a sua permanência constitui-se como forma de garantir as referências para com os cidadãos. Para a existência dessas referências, é preciso que se perpetuem a história, as lembranças, os fatos urbanos, a dinâmica cultural e a identidade —enquanto forma de garantir a identidade do lugar.

E, para finalizar, destaca SANTIAGO (2007, p. 84), citando HUYSEN (2000, p.18): “Com frequência crescente, os críticos acusam a própria cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento. Eles destacam a sua incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica. A acusação de amnésia é feita invariavelmente através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente esta — desde a televisão até os CD-ROMs e a internet — que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia”.

8. Referências Bibliográficas

ALVARENGA, A., MIRANDA, C.L. e LOPES, M. B. O colecionador na web in *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: p. 65-67, volume 31, nº 181, abril de 2002.

Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/colecionador.pdf>. Acesso em 10/01/2015.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 280p, 1995.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O Centro de Documentação e apoio à pesquisa em História da Educação** in Revista Horizontes, v. 23, nº 2, p. 121-126. Bragança Paulista: USF, jul/dez de 2005.

Disponível em

[http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/upload/Address/horiz-5\[6184\].pdf](http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/upload/Address/horiz-5[6184].pdf). Acesso em 20 de maio de 2014.

BRUAND, Yves. **A arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO. **Almanaque – 120 anos**. S. S. da Grama, SP: Grass, edição 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO. **Almanaque – 125 anos**. S. S. da Grama, SP: Gráfica São Sebastião, 2011.

CASA DO AUTOR. Blog sobre direitos autorais. Disponível em:

<http://www.casadoautorbrasileiro.com.br/direito-autoral/dominio-publico>.

Acesso em 14/01/2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DEBRAY, R. (1994). **Manifestos Midiológicos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, p.21-29 apud SANTIAGO, R.P. (2006) in **Patrimônio Cultural, Memória e Mídia Digital**. Seminário Flash vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura do Instituto de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos, sob a coordenação da Profa. Dra. Anja Pratschke. Cópia Impressa, 2006, p.01 e 02.

DEL GUERRA, Rodolpho José. **Riquezas do Baú Provinciano**. S. S. da Grama, SP: Grass, 2000.

_____. **São José: uma nova storia**. S. S. da Grama, SP: Grass, 1999.

_____. **Unindo meus dois livretos São José do Rio Pardo: história que muitos fizeram, Conhecendo Euclides da Cunha**. S. S. da Grama, SP: Grass, 2000.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: Annablume / FAPESP/SESC, 1988, 317 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, 189 p.

LAURIA FILHO, Márcio José. **A título de apresentação**. São José do Rio Pardo: CCIB, Cópia Impressa, 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, 535 p.

LEMOS, Carlos A. C. **A República Ensina a Morar Melhor**. São Paulo: Editora Hucitec Ltda, 1999.

_____. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCHI, D.D.M. **Memória e patrimônio: por que preservar?** Disponível em: <https://patrimoniojovem.wordpress.com/2010/08/05/memoria-e-patrimonio-por-que-preservar/>. Acesso em 14/01/2015.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.

MENECHINO, Luís Antônio Parreiras. **Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de São José do Rio Pardo**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação do Departamento de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos: EESC-USP, 1986, cópia impressa.

PARISI, Rosana S.B. **Um olhar de Bolonha: memória e identidade na recuperação de centros urbanos**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas: FAUPUCCAMP, 2001, 227 p. (Cópia Impressa)

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

REZENDE, Natália Capellari. **Construindo a história através da memória. Reabilitação do Patrimônio Urbano e Arquitetônico de São José do Rio Pardo**. Poços de Caldas, Curso de Arquitetura, PUC-Minas, Caderno de TFG I, junho de 2014, 184 p.

ROGERS, Ernesto Nathan. **Experiencia de la arquitectura**. Buenos Aires: Ediciones Nuova Visión, 1965.

_____, **El corazón de la ciudad: por uma vida más humana de la comunidad**. Anais do 8.o CIAM. Barcelona: Hoepli, 1953.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTIAGO, R.P. **Patrimônio Cultural, Memória e Mídia Digital** in Seminário Flash vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura do Instituto de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos sob a coordenação da Profa. Dra. Anja Pratschke. Cópia Impressa, 2006, 8 p.

_____. **Memória e Patrimônio Cultural em Ambientes Digitais.**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, USP, sob a Orientação da Profa. Dra. Anja Pratschke. São Carlos: USP, 2007. 150 p.

Disponível em:

http://www.nomads.usp.br/pesquisas/cultura_digital/lembrancas_digitais/DISSE RTACAO_mestrado_RodrigoPeronti_.pdf. Último acesso em 15/01/2015.

SEGAWA, Hugo. **História de uma cidade e o patrimônio nacional.** In Projeto Edição 97. São Paulo: Projeto Editores Associados, março de 1987, p.36.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. *A inveção do urbano e o poético: uma cartografia afetiva.* In:____.(org.) **Panoramas inerdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do Urbano.** São Paulo: EDUC, 2001.

TAVARES, M.F.D. **Preservação Digital: entre a memória e a história** in Revista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), v. 41, nº1, p. 9-21, jan/abr, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/2119>.

Último acesso em: 13/01/2015.

TOFFLER, Alvin. **Choque do futuro.** Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1970.

TREVISAN, Amélia Franzolin. **Capela de São José do Rio Pardo, Livro de Atas das Reuniões dos Fundadores 1865/1874.** Vargem Grande do Sul, Tatoni & CIA.

VATTIMO, Gianni. **Introdução à Heidegger.** Lisboa: Edições 70, 1987.

VELOSO, C. **Oração ao tempo.** Letra e Música de 1979. Disponível em: <http://letras.mus.br/caetano-veloso/44760/>. Acesso em 15/01/2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Agradecimentos: Ao Departamento de Arquitetura da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas e à Pró-Reitoria de Pesquisa da PUC-Minas, ao Centro da Memória Rio-pardense, aos colaboradores, os Profs. MSc.Esther Aparecida Cervini, do Curso de Arquitetura da PUC-Minas Poços de Caldas e Prof. Dr.João Benedito dos Santos Júnior, Professor Titular do Curso de Ciências da Computação da PUC-Minas Poços de Caldas e os acadêmicos Ana Amélia Simões, Ana Carla Crudi, Fernanda dos Santos Penna, Maria Carolina Rodrigues e Natália Capellari de Rezende, também orientanda do Projeto de Iniciação Científica “A construção urbana através da memória social coletiva: entre o rio Pardo e São José” , aos Drs. Márcio José Lauria Filho e Mariza Tucunduva, ao Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima e à Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães Bueno, do CDAPH-USF, à Sra. Cândida Truzzi, ao Prof. Valdir Ferreira, paciente e atento revisor do texto e aos arquitetos Lucas Belinato e Rachel Sackzenian do 7nspira Studio.